

tada a formar o novo homem, pela mudança das estruturas sociais injustas geradas por nossa sociedade patriarcal.

Conseqüentemente, Maria torna-se modelo do feminismo evangélico. Este não busca igualdade de direitos pela equiparação de funções com o varão. Maria vive seu ser feminino na diferença, caracterizado pela beleza, bondade e alegria. A "virilização" da mulher não constitui caminho de igualdade. Muito mais que igualdade, a mulher necessita de paridade, isto é, estar lado a lado com o varão, vivendo a reciprocidade varão-mulher. Esta reciprocidade expressa-se:

a) no existir de um para o outro formando uma unidade: "... o homem deixará, por isso, seu pai e sua mãe, para se unir à sua esposa e serão os dois uma só carne" (cf. Gn 2,24);

b) no vis-a-vis: a mulher não foi criada para ser senhora ou escrava do varão, mas companheira, com a mesma dignidade e natureza (cf. Gn 2,18). Esta reciprocidade está bem expressa no Cântico dos Cânticos: "O meu amado é para mim e eu sou para o meu amado" (2,16).

Finalmente, em toda a Tradição Bíblica, Deus não aparece unicamente sob a linguagem masculina. O feminino é também veículo de sua comunicação e revelação. Em Maria esta revelação torna-se antecipação escatológica do feminino em sua absoluta realização.

NOTAS

- (1) BOFF, L., "O sentido da Sexualidade humana. Masculino e Feminino: o que é?" art. em Rev. de Cultura Vozes, 9 (1974), 677-690.
- (2) Id., *ibid.*
- (3) QUÉRÉ, F., "Mulher ela mesma", Ed. Paulinas, SP, 1987, p. 51.
- (4) BOFF, L., "O rosto materno de Deus. Ensaio interdisciplinar sobre o Feminino e suas formas religiosas. Ed. Vozes, Petrópolis, 1983, p. 168.
- (5) NISSIOTIS, N., "Maria na Teologia ortodoxa", em Concilium 188 (1983), 61(969).
- (6) EVDOKIMOV, P., "A mulher e a salvação do mundo", Ed. Paulinas, SP, 1983.
- (7) BOFF, L., "O rosto materno. . .", p. 198.
- (8) GEBARA, I. e BINGEMER, MC. L., "Maria, Mãe de Deus e dos pobres. Um ensaio a partir da Mulher e da América Latina." Ed. Vozes, Petrópolis, 1987, p. 87.
- (9) Id., *ibid.*, p. 91.
- (10) NISSIOTIS, N., art. cit., p. 63(971).

Endereço do Autor:

Seminário do ITESC

Cx Postal 5041

88041 — FLORIANÓPOLIS — SC

MARIA: MÃE OU MEMBRO DA IGREJA?

Pe. Vitor Galdino Feller

Professor de Teologia Dogmática

Uma pergunta sem sentido, desligada da realidade, dirá alguém. O que interessa saber se Maria é Mãe ou membro da Igreja, diante da proposta cristã da libertação humana em favor do estabelecimento do Reino de Deus? Interessa muito. Se não por outros motivos, pelo menos pelo lugar que Maria ocupa na religiosidade de nosso povo. Claro, para alguém que não

reconhece a força da história, da cultura e da religião de um povo em favor das lutas por valores sociais, políticos e econômicos, Maria não diz nada. Contudo, o empenho por um mundo melhor não pode, no Brasil e na América Latina, passar por cima dos valores mais permanentes e perenes da história, da cultura e da religião do povo, sob pena de estarmos construindo e defendendo valores sociais, políticos e econômicos que, não somente se estabelecem como máscaras que escondem algo mais fundamental e radical (da raiz) da vida popular, mas também, justamente por isso, oprimem mais ainda, enquanto são alcançados sem referência ao primordial, outorgados mais que conquistados, e enquanto continuam a frustrar possibilidades de transformações mais radicais e duradouras. Maria faz parte desta história, desta cultura e desta religião de nosso povo, de modo tão vital que menosprezá-la, é menosprezar um veio de esperanças e de forças populares.

Daí, o sentido da pergunta: Maria é Mãe ou membro da Igreja? Se respondermos que Maria é Mãe da Igreja e o fizermos de modo unilateral, correremos o risco de justificar uma espécie de mariolatria, que faz de Maria, na sua transcendência com relação à Igreja, um ponto de referência lá no alto, Maria celeste, distante da realidade, mediadora de graças, com quem o devoto se relaciona a nível de individualismo, numa espiritualidade egoísta. Por outro lado, a afirmação de sua maternidade eclesial é tanto mais urgente quanto mais experimentamos que nela se reflete o rosto materno do Deus da libertação que faz da Igreja o lugar onde Ele concentra o máximo de sua presença dinâmica em favor do seu Reino (Puebla 227). Se, ao invés, respondermos unilateralmente que Maria é membro da Igreja, correremos o risco de identificá-la muito facilmente conosco, de obscurecer a singularidade de sua escolha e missão e, com isso, de menosprezar a gratuidade de Deus que se relaciona diferentemente com cada um de nós e que, em Maria, manifesta o máximo de sua confiança no ser humano. Doutra parte, afirmar que Maria é membro da Igreja é anunciar que podemos contar com ela como nossa irmã, companheira de luta, filha como nós de Deus, filha como nós da Igreja, dessa comunidade maior que nos alimenta e nos sustenta, com a Palavra e os Sacramentos, na difícil peregrinação da vida.

Como deve ter ficado claro, devemos afirmar, sem unilateralismos, uma e outra realidade, a fim de podermos colher de nossa relação pessoal e eclesial com Maria o máximo possível de enriquecimento, que nos faça ser melhor servidores do Reino, como ela o foi. Mas, voltemos a uns anos atrás, para nos iluminarmos com os anos do Vaticano II, quando esta pergunta começou a vislumbrar-se no horizonte da mariologia e do marianismo.

1. As duas tendências mariológicas

O Concílio Vaticano II, na elaboração de sua doutrina mariológica, teve que se defrontar com duas tendências, dois blocos quase excluídos entre si, marcados pela diferença na interpretação da cooperação de Maria na obra da salvação, postos como inter-alternativos no Congresso Mariano-Mariológico que se realizou em Lourdes, em 1958 (Poço 20-31).

Maria é mãe não somente do corpo físico do Deus humanado, mas também do corpo místico de Cristo, a Igreja.

A primeira tendência, chamada cristológica, se definia pelo relacionamento de Maria com Jesus Cristo. O princípio fundamental era a maternidade divina, ordenada à união hipostática, que faz com que Maria pertença a uma ordem singular, diferente

de nós, transcendente com relação à Igreja. Associada, de modo único, à obra de Cristo, como Mãe e Virgem, Maria é mais do que a Igreja. Na sua virgindade corporal, enquanto mãe íntegra e espiritual, enquanto esposa (associada, sócia), fiel, toda dedicada ao Filho, Maria é mãe não somente do corpo físico do Deus humanado, mas também do corpo místico de Cristo, a Igreja. Em função de sua maternidade divina, ela foi concebida imaculadamente. Como conseqüência da mesma, ela foi assunta ao céu. Com relação à pergunta-chave sobre a cooperação de Maria na obra da salvação, diz-se que ela cooperou estreitamente não somente na encarnação, mas também na cruz, enquanto sua compaixão, unida à paixão do Filho, é aceita pelo Pai em favor da redenção da humanidade. A objeção: "como é que alguém, tendo que ser também redimida, tenha podido colaborar na obra mesma da redenção?", os teólogos desta tendência respondem distinguindo dois momentos lógicos na ação mesma, em si temporalmente única e indivisa, com que Cristo nos redime: no primeiro momento, o Pai teria aceito o sacrifício do Filho em favor só da Mãe; em seguida, teria aceito a paixão do Filho e a compaixão de Maria em favor de todos.

Havia um grupo de padres conciliares que queriam uma tomada explícita do Concílio favorável a esta tendência, pela confirmação do título de Mãe da Igreja.

A *tendência eclesiológica* se marca pela referência à Igreja, de quem Maria é o tipo, protótipo, modelo. Os privilégios marianos, como os dogmas por exemplo, são vistos em analogia com as propriedades da Igreja. A Igreja é virgem, como Maria, imaculada, sem mancha e sem ruga (Ef. 5). É mãe que gera sempre novos filhos pela água batismal e pelo dom do Espírito Santo. É peregrina, em vista de sua glorificação futura na comunhão de todos com o Pai, como, aliás, já o é em parte enquanto Igreja triunfante. Assim, Maria é vista mais pela sua identidade com relação a nós e não tanto pela sua transcendência. Com relação à questão central da cooperação de Maria na obra da salvação, afirma-se a positividade do sim da encarnação, levado como seguimento do Filho até o fim, até o sim aos pés da cruz, como apropriação subjetiva exemplar da redenção objetiva. Mas, na sua redenção subjetiva, ela garante a recepção dos frutos da redenção em favor de toda a Igreja. Para os indivíduos, portanto, ela não é somente exemplo da apropriação subjetiva da redenção, mas é também ela mesma fonte da redenção.

Também esta tendência tinha no Concílio um grupo de defensores, que lutavam pela inclusão da doutrina sobre Maria no interior da doutrina sobre a Igreja.

2. Os dois passos conciliares

O Concílio Vaticano II não quis tomar posição explícita favorável a nenhuma das duas tendências (Pozo 51-54). O fato de ter escolhido, por maioria reduzida, falar de Maria no interior da constituição "Lumen Gentium" sobre a Igreja e de ter mudado o título do esquema pré-conciliar que se referia explicitamente a Maria como Mãe da Igreja em favor de um título mais aberto que lembra a relação de Maria com o mistério de Cristo e da Igreja, deixa entrever, contudo, uma simpatia pela tendência eclesiológica. No número 53, porém, há um passo em favor da tendência cristológica, ao falar, ainda que timidamente, de Maria como mãe amantíssima que a Igreja venera com espírito filial. O cerne da discussão se encontra no número 54, onde, a respeito de uma opção processual pela tendência eclesiológica, se explicita uma fórmula de compromisso que não pretende superar as questões, deixando as discussões a cargo dos teólogos e apresentando somente um mínimo denominador comum da doutrina sobre Maria.

Um segundo passo foi dado por Paulo VI que no dia mesmo da promulgação da "Lumen Gentium", em 21/11/1964, proclama

solenemente Maria como "Mãe da Igreja", isto é, Mãe de todo o povo cristão, tanto dos fiéis como dos pastores, que a chamam de mãe amantíssima" (AAS 56 (1964) 1915). Estaria aí uma opção clara pela tendência cristológica? À primeira vista, sim! Mas é preciso observar que este título de transcendência, recuperado do século II, é dado dentro de um equilíbrio com o paralelismo Maria-Igreja, igualmente recuperado do século II.

é no equilíbrio que as realidades de Maria como Mãe e membro, com relação à Igreja, se completam.

Assim, só depois que o Concílio garantiu, ainda que sem querê-lo explicitamente, o paralelismo entre Maria e a Igreja (e de certo modo até uma submissão de Maria em relação à Igreja, da qual ela é membro, ainda que singular e eminentíssimo) é que Paulo VI pôde dar um passo de superação sobre o abismo divisor das duas tendências, afirmando justamente a transcendência de Maria com relação à Igreja, com o título de Mãe da Igreja. Assim, é no equilíbrio que as realidades de Maria como Mãe e membro, com relação à Igreja, se completam.

Mas, achamos que é necessário dar ainda um passo, para mostrar que esse equilíbrio se dá não estaticamente, mas em movimento, e que o ponto de partida desse movimento é a opção pela tendência eclesiológica. O que ficou implícito nos passos do Concílio queremos agora explicitar: se na ordem lógica (na intenção original e final do plano de Deus), Maria é Mãe da Igreja, porque Mãe de Cristo, na ordem metodológica (no método, isto é, no caminho do nosso acesso a esse plano), ela é membro da Igreja. Para podermos afirmar e crer que Maria é Mãe da Igreja, sem cairmos em conceituações abstratas, que nos desvirtuam da concretude do plano de Deus, é preciso afirmar como ponto de partida que Maria é membro da Igreja. A explicitação deste passo será feita em dois momentos, pela crítica às duas tendências anteriormente citadas e pela afirmação do círculo hermenêutico mariológico.

3. Crítica à tendência cristológica

Como se pôde perceber, há elementos *negativos* na tendência cristológica. Nela, há lugar só para os dogmas, que se concentram na maternidade. Não há lugar para a sua história. A preocupação é marcadamente dogmática. Há um acento na figura de Cristo, mas só na sua pessoa, enquanto princípio unificador das duas naturezas. A dimensão pastoral de Maria enquanto precursora, no Magnificat, do programa que Cristo explicitou na sinagoga de Nazaré, fica totalmente ausente. A unidade entre Maria e Cristo se faz no céu, longe da realidade histórica, com suas conotações político-econômico-sociais. Maria se liga à Igreja, via Cristo. Por isso é Mãe. Mas, o relacionamento dos filhos com ela se torna deturpado por uma espécie de machismo-patriarcalismo invertido que vê Maria como justificadora das relações verticais da pirâmide patriarcal (Gebara e Bingemer 11-30). Os representantes de Deus na esfera eclesial (papa, bispos e padres) e na esfera sócio-político-econômica (pais, professores, patrões, proprietários, presidentes e prefeitos) vêem nela a mãe ideal, toda ternura e doçura, sem os pecados e limites de nossas mães, sem sujeira no avental e cheiro de cebola nas mãos, sem os clamores e profecias das mães oprimidas e libertadoras. Mãe celestial sem o cheiro da terra nos pés, sem o suor do trabalho na pele, sem as denúncias na língua. Virgem gloriosa e bendita, bem diferente de qualquer mulher, todas elas sedutoras, perigosas, que levam os homens ao pecado. Uma mãe e virgem tão exaltada que nem parece ser mulher. Exemplo de virtudes tidas como passivas, como a humildade, a obediência e a paciência.

Esquecem-se as virtudes ativas da virgindade profética do "magnificat", da virgindade perseguida na fuga para o Egito, da virgindade martirial aos pés da cruz. Em Maria assim vista, justificadora do patriarcalismo machista da sociedade ocidental (e também de outras!), são negadas as virtudes de tantas mulheres que, no correr da história, vêm trabalhando incansavelmente, como a Maria histórica, pela causa do Reino.

Se há estes timbres negativos na tendência cristológica, também os há, porém, *positivos*. Maria é quem marca virginalmente e maternalmente toda a obra de Deus (Schillebeeckx 78-90). Com efeito, Jesus, o revelador do amor do Pai, por ser varão, não pode manifestar sacramental e plenamente a generosidade, a doçura e a ternura que são próprias da mulher e mãe. Não diminuindo, nem acrescentando nada ao conteúdo da obra de Cristo, já que sua virgindade e maternidade são a ele dirigidas, Maria marca formalmente todo o ser e toda a obra do Filho com o caráter particular e insubstituível de sua maternidade. Afinal, há entre Cristo e Maria uma relação única de exclusividade. Por ela ser virgem, Jesus é só de Maria (sem a parceria de um varão). Por ele ser filho único, Maria é só de Jesus (e de nenhum outro possível filho). Aqui se manifesta, segundo Schillebeeckx (p. 79), a doçura do catolicismo, o caráter plenamente humano da redenção: o conteúdo mesmo da redenção, por mais marcado que seja pelo masculino do homem-Deus, pelo fato de Maria ser a Mãe-irmã de Jesus Cristo, ela o marca formal e metodologicamente pelo ser virginal-maternal de mãe do homem-Deus. A redenção cristã se torna a mais alta exaltação da humanidade, entendida como interação homem-mulher. Na mesma esteira, se percebe também como Maria, vista nesta ótica convertida, renova virginal e maternalmente todas as relações verticais com Deus e seus "representantes" na terra. Nela, a mulher se torna também mediação de Deus seja enquanto revela o rosto materno de Deus, seja enquanto é acesso para o encontro com ele. Nela, os pastores da Igreja aprendem a exercer a verdadeira paternidade-maternidade de Deus e da Igreja em favor de todo o povo de Deus (Suenens 62ss). Nela, todos os membros da Igreja aprendem a ser também mães de Deus, gerando Deus no meio do mundo. Assim, em Maria, Mãe de Cristo e Mãe da Igreja, aprendemos a deixar-nos gerar pelo virginal-maternal como filhos de Deus (o dom da filiação) e nos comprometemos a gerar paternal-maternalmente Deus para o bem do mundo (a tarefa da comunhão e da fraternidade).

4. Crítica à tendência eclesiológica

Também a tendência eclesiológica padece críticas. Entre seus elementos *negativos* está o fato de obscurecer a singularidade de Maria na obra da salvação, correndo o risco de reduzi-la a um modelo da Igreja, de vê-la não por aquilo que ela é para Deus e para os homens, mas por aquilo que ela é para a Igreja. Pode-se, é verdade, falar de um paralelismo entre Maria e a Igreja. Um paralelismo, aliás, nascido de dois outros paralelismos anteriores, do século II, entre Eva-Maria e Eva-Igreja (Pozo 32-42). No terceiro paralelismo, Maria-Igreja, que surge no século IV, como causa-efeito do início do culto a Maria, quem sai enriquecida é a realidade de Maria. Pois, se nos dois primeiros paralelismos, ambas, Maria e a Igreja, têm função ativa na obra da salvação de Cristo, em contrapartida com Eva, que o teve no pecado de Adão, há, agora, porém, uma diversidade de aplicação do título Nova-Eva a uma e outra. A Igreja é a nova Eva e participa da obra da salvação de Cristo enquanto, como esposa de Cristo e mãe dos cristãos, distribui, sobretudo pelos sacramentos, as graças da redenção. Maria é a nova Eva e coopera na obra da salvação enquanto, como Mãe de Cristo, tece em seu próprio corpo a obra mesma (o Cristo encarnado, morto

e ressuscitado: redentor) pela qual essas graças são adquiridas, destruindo assim a obra de Eva (Irineu). Deste modo, por mais forte que seja o paralelismo bifacial Eva-Maria e Eva-Igreja, no paralelismo de ponte Maria-Igreja (surgido com Ambrósio), quem sai enriquecida é Maria, que ganha foros de intercessora pela sua posição única na obra da salvação.

Maria não pode, por isso, ser vista só com relação à Igreja. Há uma dimensão teológica a ser apreciada em Maria (Boff 92-117): o que Deus quer dela? por que a quer? como Deus nela se revela? E descobre-se aí o rosto materno e feminino de Deus. Há também em Maria uma dimensão antropológica: o que os homens podem esperar daquela que, sendo como eles,

O teológico e o antropológico da mariologia se perdem no eclesiocentrismo que marcou, aliás, muitas teologias do pós-Vaticano II

foi no entanto escolhida como única no plano de Deus? por que essa diferença entre nós e Maria? E descobre-se aí a função intercessora da Mãe de Deus. Na dimensão eclesiológica, o paralelismo é tão forte que obscurece o papel único de Maria na relação entre Deus e os homens. O teológico e o antropológico da mariologia se perdem no eclesiocentrismo que marcou, aliás, muitas teologias do pós-Vaticano II, com os riscos de eficacismo e ativismo que acompanham a atividade pastoral de muitas comunidades e igrejas.

É claro que esta nova face de pelagianismo que destila na Igreja, vindo do humanismo racionalista e ateu de nossos tempos, impede uma visão clara da escolha que Deus faz de Maria, plenificando-a com sua graça, e impele a vê-la simplesmente como uma de nós, membro da Igreja, ainda que o mais eminente e, mais, a nos ver como ela, imaculados, virgens, co-redentores, em nossa ânsia de ser construtores do Reino de Deus e salvadores da história, esquecidos da iniciativa e gratuidade de Deus. Assim, se na prática, pela corrente cristológica, Maria se faz demasiado presente na religiosidade popular, avalizada pelas forças conservadoras da hierarquia, ocupando muitas vezes o lugar de Jesus Cristo e, pior, do Espírito Santo, aqui, pela corrente eclesiológica, Maria corre o risco de ser demasiado ausente, posta entre parênteses, retirada dos altares e, muitas vezes, dos corações, com a justificativa de que o que ela foi e fez somos nós que devemos agora, audaciosamente, ser e fazer.

Por outro lado, esta corrente carrega no seu bojo muitos aspectos *positivos* que, aliás, são os que mais estão marcando o presente e abrindo o futuro da mariologia e do marianismo atuais. Entre estes, está a redescoberta da amizade e da fraternidade femininas na Igreja. A figura de Madalena, das irmãs de Lázaro, das seguidoras de Jesus, redespontam nas comunidades cristãs de hoje (Moltmann-Wendel), pela valorização do trabalho das companheiras e irmãs, religiosas ou leigas, que vão retomando seu lugar na evangelização, na liturgia e na administração da Igreja. Os varões eclesiásticos que, por séculos, dominados pelo machismo, governaram sobranceiros e solitários a Igreja, marcando-a como instituição masculina (em que pese o feminino do seu artigo!), ganham agora a companhia feminina de suas irmãs em Cristo.

No feminino de Maria, a Igreja vai, assim, aprendendo a ser mulher, acolhedora do mistério de Deus. Homens e mulheres da Igreja aprendem, na Igreja, a descobrir e valorizar o feminino implícito e explícito de cada um (Jung), para poderem viver a docilidade e a delicadeza próprias do cristão no seu relacionamento com Deus, com os irmãos e com a natureza criada. Aprendemos a ser filhos de Deus como Maria é filha e a ser irmãos de todos como ela (mas também Madalena, Marta e Maria) é

nossa irmã. É o rosto feminino da Igreja que vai deixando-se vislumbrar no horizonte da nova mariologia (Halkes). Na realidade, o rosto feminino que a partir do feminino da Igreja e da humanidade vai aparecendo é o do Espírito Santo, primitivamente apresentado como o feminino de Deus (Boff 106-117). A masculinização do Espírito Santo, a redução do Espírito Santo ao poder da Igreja, a racionalização da fé e da teologia, causas do ateísmo moderno (Comblin 55-63), foram jogando pra cima de Maria, desvirtuadamente, toda referência feminina da divindade e da humanidade. Nem Deus e nem os homens podem ser vistos na ótica da mulher: Só Maria é mulher. Com duas falhas, contudo: sua insuficiência para representar o feminino de Deus e substituir o Espírito Santo (ela não é Deus!) e a masculinização, por inversão provocada pelo já anunciado machismo, da própria Maria e de todas as mulheres (ela não é, no entanto, varão!). Não sendo nem Deus nem varão, Maria tem contudo muito a dizer sobre Deus e sobre o homem. A valorização do feminino de Maria vai assim acentuar a volta do Espírito Santo à Igreja, qual face feminina de Deus e a dimensão da amizade e da fraternidade da mulher, irmã e amiga, qual face feminina da humanidade.

O feminino de Maria vai nos permitir contemplar melhor a plenitude de Deus e a plenitude do homem, já que Deus criou o homem "a sua imagem e semelhança, e homem e mulher os criou" (Gen. 1,27). A figura de Maria vai assim desanuviando a imagem poderosa da mãe (opressora e castradora, por vezes, mais do que terna!) para iluminar-se no semblante da irmã, amiga e companheira de caminhada. É este o tipo de Maria que, de fato, vai despontando, paralela e conjuntamente, nos setores populares em que a religiosidade vai retomando as rédeas da vida e da liberdade contra a alienação e a morte (Gebara e Bingemer 140-197) e nos documentos dos pastores (Puebla 282-303). Maria irmana, assim, fiéis e pastores, como irmã de uns e outros, para ser também, no avanço de Paulo VI, mãe dos fiéis e dos pastores (e não somente dos fiéis, como antes ficava entendido). Assim, filha primeira da Igreja, porque primeira redimida, ela é evangelizada e evangelizadora, peregrina na fé, mulher profética e libertadora (Boff 192-211).

5. O círculo hermenêutico mariológico

Pelos passos dados pela "Lumen Gentium" e por Paulo VI, e pelos negativos e positivos das duas tendências, deve ficar claro que é preciso levar em conta as duas realidades. Maria é Mãe e membro da Igreja. Mas, um ponto de partida é preciso escolher. Como fica mais difícil passar da transcendência de Maria para a sua imanência na história (e isso o mostra a experiência secular da teologia mariana), é preferível, no diálogo com a modernidade e com o mundo da opressão latino-americanos, o segundo pólo da realidade. Assim, se venerará Maria como Mãe da Igreja, como intercessora, como gloriosa, mas sempre no clima e a partir da presença de Maria na Igreja, como peregrina da fé, como primeira seguidora de Jesus, como mulher da terra. Mas, se o ponto de partida é a Maria da história, que é vista como alguém de nós, membro da Igreja, não se pode parar aí. É preciso passar imediatamente para a Maria do mistério para vê-la como alguém que é mais do que nós (um "mais", porém, que é "para" nós), como Mãe da Igreja.

É preciso partir da ação de Maria: fazer o que Maria fez, gerar o Cristo pobre no mundo rico e fechado de hoje.

A mariologia e o marianismo se marcarão, assim, pelo ponto de partida bíblico (Brown e outros) na Maria de Nazaré, com suas implicações históricas, sociais e políticas do seu seguimento de Cristo marcado sobretudo pelo Magnificat. Uma mariologia e um marianismo livres de exaltações polarizadas do celibato, isentos de concepções antimodernistas, anti-socialistas e de condenações apocalípticas dos dragões vermelhos (e não dos outros?), purificados de devoções mariolátricas de setores populares apoiados pelo interesse, nem sempre claro, de muitos pastores, desatentos ou não, aos veios alienadores do patriarcalismo e eclesiocentrismo subjacentes a tais devoções (Moltmann). Haverá assim um ato mariano primeiro, que é o colocar-se de Maria em favor do Reino de Deus e dos Pobres do Reino, sobre o qual se fará mariologia. Da história se vai ao mistério, deste se volta à história para reforçá-la com a carga de alguém que, escolhida e possuída por Deus, tem muito a dizer e a fazer para que a história de todos os membros da Igreja seja de fato a história de homens e mulheres escolhidos para o Reino. É preciso partir da ação de Maria: fazer o que Maria fez, gerar o Cristo pobre no mundo rico e fechado de hoje, visitar e socorrer os necessitados, defender as vidas indefesas diante dos Herodes de hoje, compreender o Evangelho de Cristo como espada que divide os corações e gera conflitos, saber perder os dons de Deus em vista da presença interpeladora do próprio Deus que quer agir em nós, interceder em favor de mais vinho e alegria para os sofredores de hoje. . . enfim, seguir a Jesus no caminho da cruz, dizendo sim às presenças de Deus na história, aos conflitos que precisam e só podem ser superados no tomar cada dia a própria cruz, no seguimento de Jesus.

Chega-se, assim, ao círculo hermenêutico mariológico que, em analogia ao círculo hermenêutico teológico da libertação (Gutiérrez 29), pode se expressar do seguinte modo: da história de Maria ao seu mistério e vice-versa; da ação mariana às devoções a Maria e vice-versa; da Maria histórica e terrestre a Maria gloriosa e celestial e vice-versa; da Maria irmã e companheira de caminhada a Maria virgem-e-mãe e vice-versa; da Maria membro da Igreja a Maria Mãe da Igreja e vice-versa. Só assim Maria terá algo a dizer e a fazer em favor de mais vida para todos os seus irmãos e filhos, sobretudo os mais pobres.

FONTES:

1. L. BOFF, *O rosto materno de Deus*, Petrópolis, Vozes, 1979.
2. R. E. BROWN e outros, *Maria no Novo Testamento*, São Paulo, Paulinas, 1985.
3. J. Comblin, *O Espírito Santo e a Libertação*, Petrópolis, Vozes, 1987.
4. I. GEBARA e M.C.L. BINGEMER, *Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Pobres*, Petrópolis, Vozes, 1987.
5. C. GUTIÉRREZ, *A força histórica dos pobres*, Petrópolis, Vozes, 1981.
6. C. HALKES, Maria e as mulheres: *Concilium* 188 (1983) 99-109.
7. J. MOLTSMANN, "Existe uma mariologia ecumênica?", *Ibid.* 11-16.
8. E. MOLTSMANN-WENDEL, "Maternidade ou Amizade": *Ibid.* 37-45.
9. C. POZO, *Maria en la obra de la salvación*. Madrid, BAC, 1974.
10. E. SCHILLEBEECKX, *Maria, Mãe da redenção*. Petrópolis, Vozes, 1966.
11. L. J. SUENENS, *Maria, advogada nossa*. São Paulo, Flamboyant, 1958.

Endereço do autor:
SEMINÁRIO DO ITESC
Caixa Postal 5041
88041 — Florianópolis — SC